

7.1.21.1. Não será devido qualquer valor a título de Prêmio após o 60 (sexagésimo) mês (exclusivo) da Data de Emissão, até o vencimento. **7.1.21. Vencimento antecipado.** As hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures constarão da Escritura de Emissão de Debêntures. **7.1.22. Destinação dos Recursos.** Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da Emissão serão integral e exclusivamente utilizados, para o custeio dos recursos necessários à construção e/ou reforma de um empreendimento imobiliário de uso misto, cujo o imóvel é objeto da matrícula nº 200.053, do 4º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP ("Imóvel", "Matrícula do Imóvel" e "Registro do Imóvel" e "Empreendimento Alvo", respectivamente), observado o cronograma de destinação constante do Anexo VIII da Escritura de Emissão de Debêntures ("Destinação de Recursos"); **7.1.23. Demais condições.** Todas as demais condições e regras específicas relacionadas à emissão das Debêntures serão tratadas detalhadamente na Escritura de Emissão de Debêntures. **7.2.** Autorizar a participação da Companhia em operação de oferta pública de Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI"), por meio de oferta pública de distribuição em regime de melhores esforços, com registro automático, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160", "Oferta" e "Operação de Securitização", respectivamente), que serão lastreadas por cédula de crédito imobiliário de emissão da Securitizadora, que representará integralmente os recebíveis decorrentes das Debêntures, no valor base de R\$ 18.400.000,00 (dezoito milhões e quatrocentos mil reais). Os CRI terão valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais). **7.3.** Autorizar a Diretoria da Companhia a realizar todos os atos complementares necessários ao cumprimento do que ora ficou resolvido e do que mais seja determinado pelas leis que regem a matéria. **8. Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. A presente Ata confere com a original lavrada em livro próprio. São Paulo, 02 de outubro de 2024. **Messa:**
Ricardo de Santos Freitas – Presidente; **Maria Cecília Carrazedo de Andrade** – Secretária. **Acionista:** JHP Design Offices Empreendimentos e Participações S.A. (por seu administrador Juntal Comercial do Estado de São Paulo. Credenciado o registro sob o nº 359.068/24-8 em 11/10/2024. Maria Centurion Dardani – Secretária Geral em Exercício, rador, Ricardo de Santos Freitas).

Data, Hora e Local. Em 10/02/2024 às 10:00 horas, na sede social da **E-Vino Comércio de Vinhos S.A. ("Companhia")**, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bela Cintra, 986, 8º andar, Consolação, CEP 01.415-906. **Convocação e Presença.** Dispensadas as formalidades de convocação e publicação, em virtude da presença de acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do Artigo 124, §4º, da Lei 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), conforme lista de presença constante no Anexo I. **Mesa Presidente** – Ricardo Fernandes de Sousa Costa; e **Secretário** – Marcos Leonel Leal. **Ordem do Dia.** Deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** a redução do capital social excessivo e a consequente restituição ao acionista da Companhia em modo: credore nacional, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações; **(ii)** a consignação de que o Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado no presente exercício, não havendo, portanto, parecer quanto à redução do capital referido no item (i); **(iii)** registrar de que a eficácia da deliberação de redução do capital social da Companhia e a consequente restituição de parte do capital social ao acionista; e **(iv)** a autorização para que as matérias constantes dos itens acima, possam ser efetivados pela Diretoria da Companhia. **Deliberações.** Após o exame e discussão das matérias da ordem do dia, o único acionista, titular da totalidade das ações de emissão da Companhia, decidiu, sem ressalvas: **1. Aprovar** a lavratura da ata na forma de sumário, nos termos do Artigo 130, § 1º, da Lei das S.A.; **2. Aprovar** que a Companhia reduza o capital social da Companhia por jugão excessivo, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações, dos atuais R\$ 471.925.347,65, para o valor de até R\$ 469.675.347,65, configurando uma redução de até R\$ 2.250.000,00, sem o subsequente cancelamento de ações de emissão da Companhia, conforme deliberado em Assembleia de Homologação, mediante a restituição de capital. **3. consignar** que o Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado no presente exercício, não havendo, portanto, parecer quanto à redução ora deliberada. **4. Registrar** que a eficácia da deliberação de redução do capital social da Companhia e a consequente restituição do capital social fica condicionada ao cumprimento das seguintes condições: (i) Publicação da presente ata antes do seu respectivo registro perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo, em face do disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) Decurso do prazo de 60 dias, contados da data da publicação desta ata, sem que tenha sido apresentada pelos credores quirografários oposição à essa deliberação ou, se tiver ocorrido oposição, mediante a prova do pagamento e/ou depósito judicial, em face do disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações; e (iii) Após o prazo para oposição aos credores ou pagamento e/ou depósito judicial aos credores, nos termos do item (ii) acima, deliberação em uma ou mais assembleias gerais extraordinárias da Companhia homologando a redução de capital social da Companhia, bem como o prazo e a forma de restituição do capital ao acionista ("Assembleia de Homologação"). A Assembleia de Homologação deverá estabelecer a quantidade e qualidade das ações a serem canceladas e poderá cancelar, total ou parcialmente a redução de capital, homologar total ou parcialmente a redução de capital ora deliberada (e, em caso de homologação parcial da redução de capital, a Assembleia de Homologação poderá inclusive delegar poderes para as assembleias subsequentes homologarem o restante da redução de capital). **5. Autorizar** a diretoria da Companhia a tomar todas as medidas necessárias à efetivação das deliberações ora aprovadas. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, o Presidente concedeu a palavra aos presentes, não tendo sido feito uso dela. Em seguida, o Presidente deu por suspensos os trabalhos para a lavratura da presente ata, a qual foi lida, aprovada e assinada pela totalidade dos acionistas. **Assinaturas: Presidente** – Ricardo Fernandes de Sousa Costa; e **Secretário** – Marcos Leonel Leal. **Declaração:** Declaro que os devidos fins que a presente é cópia fiel da ata lavrado no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. As partes firmam o presente instrumento por meio eletrônico, reconhecendo expressamente como válidas as respectivas assinaturas eletrônicas, para todos os fins de direito, nos termos do art. 10, parágrafo 2º, da MP 2200-2/2001. São Paulo/SP, 11/09/2024. **Mesa:** Ricardo Fernandes de Sousa Costa – Presidente; Marcos Leonel Leal – Secretário. Acionista: **Ajaccio Fundo de Investimentos em Participações Multistratégia** **Por:** Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda. Gabriel Felzenszwalb – Diretor; Marco Antonio Franklin – Diretor.

1. Data, Hora e Local: Em 09 de outubro de 2024, às 08:45 horas, na sede social da Brise Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek nº 360, 12º andar – parte, Bairro Itaim Bibi, CEP 04.543-000. **2. Convocação e Presença:** Dispensada em razão da presença total da titularidade do capital social da Companhia, nos termos do artigo 12, § 4º, da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), conforme assinaturas constantes do Livro de Presenças de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** **Presidente:** Viviane de Oliveira Soares; **Secretária:** Luana Martins Vianna. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a aprovação da redução do capital social da Companhia no valor de R\$ 62.452.000,00 (sessenta e dois milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil reais), com objetivo de repassar, à Acionista, os créditos de conta a receber da Companhia perante a Ibitu Comercializadora de Energia Ltda. ("Ibitu Comercializadora"), com o respectivo cancelamento de 62.452.000 (sessenta e dois milhões, quatrocentos e cinquenta e duas mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia; (ii) a reforma do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, de maneira a refletir a redução do capital social; (iii) a destinação da Reserva de Lucros da Companhia para distribuição de dividendos adicionais conforme o resultado dos exercícios de 2022 e 2023, no valor global de R\$ 63.977.941,30 (sessenta e três milhões, novecentos e setenta e sete mil, novecentos e quarenta e um reais e trinta centavos) à Acionista da Companhia; (iv) a consolidação do Estatuto Social da Companhia e (v) autorizar a Diretoria da Companhia a praticar ou exercer todos e quaisquer atos relacionados à implementação das deliberações acima. **5. Deliberação:** A única Acionista da Companhia decidiu: 5.1. Aprovar a redução do capital social da Companhia, com o cancelamento de ações, **passando dos atuais R\$ 482.149.639,18 (quatrocentos e oitenta e dois milhões, cento e quarenta e nove mil, seiscentos e trinta e nove reais e dezoto centavos) para R\$ 419.697.639,18 (quatrocentos e dezene milhões, seiscentos e noventa e sete mil, seiscentos e trinta e nove reais e dezoto centavos)**, uma redução, portanto, de R\$ 62.452.000,00 (sessenta e dois milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil reais), ainda, com o cancelamento de 62.452.000 (sessenta e dois milhões, quatrocentos e cinquenta e duas mil), ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, com o preço de redução de R\$ 1,00 (um real) cada, estabelecido nos termos dos artigos 170 e 173 da Lei das Sociedades por Ações. 5.2. Consignar que, nos termos do § 1º do Art. 174 da Lei das Sociedades por Ações, durante o prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de publicação da presente ata, eventuais credores quirográficos por títulos anteriores à referida data de publicação, poderão se opor à redução do capital da Companhia ora deliberada. 5.3. Consignar, ainda, que a redução do capital social da Companhia ora deliberada somente se tornará efetiva, findo prazo mencionado no item 5.2 acima, (i) mediante inexistência de oposição de credores quirográficos por títulos anteriores à data de publicação da presente ata, ou (ii) existindo oposição de algum credor, mediante pagamento de seu crédito ou depósito judicial da importância respectiva, conforme disposto no artigo 174º do § 2º, da Lei das Sociedades por Ações. 5.4. Consignar que o montante de R\$ 62.452.000,00 (sessenta e dois milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil reais), referente à redução de capital da Companhia, será objeto de repasse, ao Acionista, na forma de créditos de contas a receber da Companhia em relação à Ibitu Comercializadora. 5.5. Em virtude da redução de capital ora deliberada, nos termos do item 5.1 acima, aprovar a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, refletir a redução de capital e o cancelamento de ações da Companhia, que passa a vigorar seguinte redação: "Artigo 5º O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 419.697.639,18 (quatrocentos e dezene milhões, seiscentos e noventa e sete mil, seiscentos e trinta e nove reais e dezoto centavos), representado por 419.697.639 (quatrocentos e dezene milhões, seiscentos e noventa e sete mil, seiscentos e trinta e nove) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal." 5.6. A Acionista decide consolidar o Estatuto Social da Companhia, no sentido de refletir as alterações deliberadas no item 5.5 acima, em Ata de Assembleia Geral realizada em 25 de maio de 2021 e registrada nesta JUCESP sob o nº 380.679/21-8, em 09 de agosto de 2021, na Ata de Assembleia Geral realizada em 30 de janeiro de 2023 e registrada nesta JUCESP sob o nº 159.035/23-5, em 26 de dezembro de 2023 e em Ata de Assembleia Geral realizada em 31 de maio de 2023 e registrada nesta JUCESP sob o nº 251.950/23-2, em 26 de junho de 2023 que passará a vigorar conforme minuta anexo à presente ata como **Anexo I. 5.7.** Aprovar a destinação da Reserva de Lucros da Companhia para distribuição de dividendos adicionais conforme o resultado dos exercícios de 2022 e 2023, no valor global de R\$ 63.977.941,30 (sessenta e três milhões, novecentos e setenta e sete mil, novecentos e quarenta e um reais e trinta centavos) à Acionista da Companhia. 5.8. A Acionista decide autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos, tomar todas as providências, adotar todas e quaisquer medidas e firmar todos os documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações tomadas neste ato. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, io suspenda a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes, quais sejam: **Mesa:** Presidente – Viviane de Oliveira Soares; Secretária – Luana Martins Vianna; **Acionista:** Ibitu Energias Renováveis S.A. "A presente ata confere com o original, lavrada em livro próprio" São Paulo, 09 de outubro de 2024. **Mesa:** Viviane de Oliveira Soares – Presidente; Luana Martins Vianna – Secretária. **Acionista:** Ibitu Energias Renováveis S.A. Ricardo Alberto Oliveira dos Santos – Diretor; Viviane de Oliveira Soares – Diretora.

www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Querência Agroflorestal S.A.

CNPJ/MF nº 03.945.536/0001-78 – NIRE 43.300.061.809

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de agosto de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada aos 16 dias do mês de agosto de 2024, às 10:00 horas, na sede social da Querência Agroflorestal S.A. (“Companhia”), localizada na Rua Barão do Rio Branco, 2440, Conjunto 04, Sala A, Centro, CEP 97590-000, na Cidade de Rosário do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. **2. Convocação:** Dispensada tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia. **3. Presença:** Presentes a totalidade dos acionistas da Companhia. **4. Mesa:** Presidente: Sr. Fernando Ribeiro Fortes Abucham; e Secretário: Sr. Marcelo Maris Sales. **5. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre: (i) a aprovação do Protocolo e Justificação para Cisão Parcial da Querência Agroflorestal S.A., celebrado em 16 de agosto de 2024, entre as administrações da Companhia e da Santa Marcelina Agroflorestal S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 49.962.373/0001-32 e registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35.300.611.365, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jerônimo da Veiga, 164, Conjunto 16-C, CEP 04536-900 (“Incorporadora”), referente à cisão parcial da Companhia com versão do acervo líquido cindido à Incorporadora (“Protocolo”); (ii) a ratificação da contratação da RSM Brasil Auditores Independentes Ltda., Companhia empresária limitada, com sede na Av. Marquês de São Vicente, 182 – 2º andar – Barra Funda – na Capital do Estado de São Paulo, devidamente registrada no CRC SP sob nº 2SP030.002/0-7 e no CNPJ-MF sob nº 16.549.480/0001-84 (“Avaliadora”) para proceder à avaliação do acervo líquido da Companhia; (iii) o exame e aprovação do laudo de avaliação preparado pela Avaliadora (“Laudo de Avaliação”), referente à avaliação do acervo líquido com base no seu valor contábil e de acordo com o balanço patrimonial da Companhia levantado em 31 de julho de 2024 (“Data Base”) (“Balanço Patrimonial”); (iv) a cisão parcial da Companhia com versão do acervo líquido cindido à Incorporadora, nos termos do Protocolo (“Cisão Parcial”); (v) a redução do capital social da Companhia, em decorrência da Operação; (vi) demais questões atinentes à cisão parcial da Companhia; (vii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (viii) a lavratura da Ata desta Assembleia na forma de sumário, como faculta o artigo 130, §§ 1º e 2º da Lei nº 6.404/76 (“Lei das S.A.”). **6. Deliberações:** Após exame, análise e discussões das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas representando a totalidade do capital social votante da Companhia, deliberaram por unanimidade dos votos e sem ressalva ou restrições, o quanto segue: (i) aprovar o Protocolo, em todos os seus termos e condições, o qual integra a presente Ata na forma de seu Anexo I, foi autenticado pela Mesa e ficará arquivado na sede da Companhia; (ii) aprovar e ratificar a contratação da Avaliadora para proceder à elaboração do Laudo de Avaliação, em conformidade com o Protocolo ora aprovado, nos termos dos artigos 8º e 229 da Lei das S.A.; (iii) aprovar o Laudo de Avaliação, elaborado pela Avaliadora, que procedeu à avaliação da parcela do acervo líquido da Companhia a ser cindida, tendo apurado, pelo critério contábil, o valor de R\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais) (“Parcela Cindida”), com base no Balanço Patrimonial, o qual integra o Protocolo como seu Anexo I; (iv) aprovar a Cisão Parcial e a consequente versão à Incorporadora da Parcela Cindida, observados os termos e condições constantes do Protocolo e do Laudo de Avaliação; (v) em decorrência da Cisão Parcial, aprovar a redução do capital social da Companhia dos atuais R\$ 88.711.589,00 (oitenta e oito milhões, setecentos e onze mil, quinhentos e oitenta e nove reais) para R\$ 67.711.589,00 (sessenta e sete milhões, setecentos e onze mil, quinhentos e oitenta e nove reais), com uma redução efetiva, portanto, de R\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais), mediante o cancelamento de 10.500.000 (dez milhões e quinhentas mil) ações ordinárias e de 10.500.000 (dez milhões e quinhentas mil) ações preferenciais Classe B, todas nominativas e sem valor nominal, todas detidas pelo acionista Austral LT FIP Multiestratégia, com a expressa anuência e concordância dos acionistas Austral ST FIP Multiestratégia e CMPC Celulose Riograndense Ltda., observados os termos e condições constantes do Protocolo. Em decorrência da redução de capital, fica também aprovada a alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte nova redação: **Artigo 5º.** *O capital social da Companhia, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, é de R\$ 67.711.589,00 (sessenta e sete milhões, setecentos e onze mil, quinhentos e oitenta e nove reais), dividido em 33.855.795 (trinta e três milhões, oitocentas e cinquenta e cinco mil, setecentas e noventa e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (“Ações Ordinárias”), 11.227.297 (onze milhões, duzentas e vinte e sete mil, duzentas e noventa e sete) ações preferenciais resgatáveis classe A nominativas e sem valor nominal (“Ações Preferenciais Classe A”), 17.298.253 (dezessete milhões, duzentas e noventa e oito mil, duzentas e cinquenta e três) ações preferenciais classe B nominativas e sem valor nominal (“Ações Preferenciais Classe B”), e 5.330.244 (cinco milhões, trezentas e trinta mil e duzentas e quarenta e quatro) ações preferenciais classe C nominativas e sem valor nominal (“Ações Preferenciais Classe C” e, em conjunto com as Ações Preferenciais Classe A e as Ações Preferenciais Classe B, as “Ações Preferenciais”, as quais, por sua vez, em conjunto com as Ações Ordinárias, as “Ações”). (vi) autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos complementares e/ou decorrentes da Cisão Parcial ora aprovada, com amplos e gerais poderes para proceder a todos os registros, inclusive perante as repartições públicas competentes, transcrições, averbações ou comunicações que se fizerem necessários, de modo a implementar, de forma cabal, a cisão parcial nos termos ora aprovados; (vii) considerando as deliberações acima, aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar na forma do Anexo II a esta ata; e (viii) aprovar a lavratura da presente Ata desta Assembleia na forma de sumário, nos termos do artigo 130, §§ 1º e 2º da Lei das S. A. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata no livro próprio que, lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes. **8. Assinaturas:** Mesa: Fernando Ribeiro Fortes Abucham – presidente, e Marcelo Maris Sales – secretário. **Acionistas Presentes:** Austral ST FIP Multiestratégia, Austral LT FIP Multiestratégia e CMPC Celulose Riograndense Ltda. Confere com a original lavrada em livro próprio. Rosário do Sul, 16 de agosto de 2024. Mesa: **Fernando Ribeiro Fortes Abucham** – Presidente; **Marcelo Maris Sales** – Secretário. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul – JUCISRS. Certificado registro sob o nº 10592656 em 19/09/2024. Protocolo 243049498 de 23/08/2024. José Tadeu Jacoby – Secretário Geral.*

Ibitu Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 13.950.526/0001-84 – NIRE 35.300.418.409

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de outubro de 2024

1. Data, Hora e Local: Em 09 de outubro de 2024, às 08:00 horas, na sede social da Ibitu Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 360, 12º andar – Parte, Vila Nova Conceição, CEP 04543-000. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, na forma do § 4º do artigo 124, da Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”), tendo em vista a presença do acionista representando a totalidade das ações da Companhia (“Acionista”). **3. Mesa:** Presidente: **Viviane de Oliveira Soares;** Secretária: **Luana Martins Vianna.** **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a aprovação da redução do capital social da Companhia no valor de R\$ 202.385.755,00 (duzentos e dois milhões, trezentos e oitenta e cinco mil e setecentos e cinquenta e cinco reais), com o respectivo cancelamento de 202.385.755 (duzentas e duas milhões, trezentas e oitenta e cinco mil, setecentas e cinquenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia; (ii) a reforma do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, de maneira a refletir a redução do capital social e o cancelamento das ações da Companhia; (iii) a Consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (iv) autorização para a Diretoria da Companhia praticar ou exercer todos e quaisquer atos relacionados à implementação das deliberações acima. **5. Deliberação:** Após discutir, analisar e votar as matérias incluídas na Ordem do Dia, a Acionista deliberou, sem quaisquer ressalvas ou restrições, o quanto segue: 5.1. Aprovar a redução do capital social da Companhia, com o cancelamento de ações, passando dos atuais R\$ 1.606.172.594,72 (um bilhão, seiscentos e seis milhões, cento e setenta e dois mil, quinhentos e noventa e quatro reais e setenta e dois centavos) para R\$ 1.403.786.839,72 (um bilhão e quatrocentos e três milhões e setecentos e oitenta e seis mil, oitocentos e trinta e nove reais e setenta e dois centavos) uma redução, portanto, de R\$ 202.385.755,00 (duzentos e dois milhões, trezentos e oitenta e cinco mil e setecentos e cinquenta e cinco reais), realizada, ainda, com o cancelamento de 150.319.640 (cento e cinquenta milhões, trezentos e dezenove mil, seiscentas e quarenta ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, estabelecido nos termos dos artigos 170 e 173 da Lei das Sociedades por Ações. 5.2. Consignar que, nos termos do § 1º do Art. 174 da Lei das Sociedades por Ações, durante o prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de publicação da presente ata, eventuais credores quirográficos por títulos anteriores à referida data de publicação, poderão se opor à redução do capital da Companhia ora deliberada. 5.3. Consignar, ainda, que a redução do capital social da Companhia ora deliberada somente se tornará efetiva, findo prazo mencionado no item 5.2 acima, (i) mediante inexistência de oposição de credores quirográficos por títulos anteriores à data de publicação da presente ata, ou (ii) existindo oposição de algum credor, mediante pagamento de seu crédito ou depósito judicial da importância respectiva, conforme disposto no artigo 174, § 2º, da Lei das Sociedades por Ações. 5.4. Consignar que a quantia total da redução de capital da Companhia R\$ 202.385.755,00 (duzentos e dois milhões, trezentos e oitenta e cinco mil e setecentos e cinquenta e cinco reais), seguirá conforme segue abaixo: 5.4.1. R\$ 62.452.000,00 (sessenta e dois milhões e quatrocentos e cinquenta e dois mil reais) serão objeto de repasse à Acionista, na forma de créditos de contas a receber da Companhia em relação à Ibitu Comercializadora de Energia Ltda.; 5.4.2. R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) serão distribuídos à Acionista; 5.4.3. R\$ 19.933.755,00 (dezenove milhões e novecentos e trinta e três mil, setecentos e cinquenta e cinco reais) serão destinados para absorção dos prejuízos acumulados. 5.5. Em virtude da redução de capital ora deliberada, nos termos do item 5.1 acima, aprovar a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, refletir a redução de capital e o cancelamento de ações da Companhia, que passa a vigorar seguinte redação: **“Artigo 5º. O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 1.403.786.839,72 (um bilhão, quatrocentos e três milhões, setecentos e oitenta e seis mil, oitocentos e trinta e nove reais e setenta e dois centavos), dividido em 1.403.786.839 (um bilhão, quatrocentos e três milhões, setecentas e oitenta e seis mil, oitocentas e trinta e nove) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.”** 5.6. Rerratificar a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 31/05/2023 e registrada em 29/07/2023 na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 261.185/23-8 (“AGE”), em seu item 5.2 e no sentido de corrigir a redação do Artigo 13, “caput” do Estatuto Social da Companhia, para que passe a conter a seguinte redação: **“Artigo 13. A representação da Companhia, em julho ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, bem como perante órgãos públicos federais, estaduais e municipais e autoridades, para dar efeito a quaisquer tipos de negócios, incluindo a assinatura de contratos e acordos, e, observada necessidade de aprovação prévia dos acionistas, conforme estabelecido no Parágrafo Terceiro do Artigo 7º acima, deverá ser exercida por 2 (dois) membros da Diretoria, agindo em conjunto.”** 5.7. Consolidar o Estatuto Social da Companhia no sentido de refletir as alterações deliberadas nos itens 5.5 e 5.6 acima e na Assembleia Geral Extraordinária de 30 de janeiro de 2024, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo no dia 04/03/2024 e sob o nº 0.306.333/24-7, passando a vigorar conforme minuta anexa à presente ata como **Anexo I**. 5.8. A Acionista decide autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos, tomar todas as providências, adotar todas e quaisquer medidas e firmar todos os documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações tomadas neste ato. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes, quais sejam: Mesa: Viviane de Oliveira Soares – Presidente; Luana Martins Vianna – Secretária; Acionista: Ibitu Energia S.A. “A presente ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio.” São Paulo, 09 de outubro de 2024. Mesa: Viviane de Oliveira Soares – Presidente; Luana Martins Vianna – Secretária. Acionista: Ibitu Energia S.A. Ricardo Alberto Oliveira dos Santos e Viviane de Oliveira Soares.

Ventus Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 15.362.012/0001-33 – NIRE 35.300.436.458

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de outubro de 2024

1. Data, Hora, Local: Em 09 de outubro de 2024, às 08:40 horas, na sede social da Ventus Energias Renováveis S.A., localizada na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 360, 12º andar, parte, Vila Nova Conceição, CEP 59570-000 (“Companhia”). **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, na forma do § 4º do artigo 124, da Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”), tendo em vista a presença da acionista representando a totalidade das ações da Companhia (“Acionista”). **3. Mesa:** Presidente: **Viviane de Oliveira Soares;** Secretária: **Luana Martins Vianna.** **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a proposta de conversão do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (“AFAC”) em aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), mediante a emissão de 10.000,00 (dez mil) novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação; (ii) de forma sucessiva ao deliberado em alínea “i”, a aprovação da redução do capital social da Companhia no valor de R\$ 2.878.000,00 (dois milhões, oitocentos e setenta e oito mil reais), por considerá-lo excessivo, com o respectivo cancelamento de 2.878.000 (dois milhões, oitocentas e setenta e oito mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia; (iii) a reforma do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, de maneira a refletir o aumento e a redução do capital social; (iv) a consolidação do Estatuto Social da Companhia e (v) autorizar a Diretoria da Companhia a praticar ou exercer todos e quaisquer atos relacionados à implementação das deliberações acima. **5. Deliberações:** Após discutir, analisar e votar as matérias incluídas na Ordem do Dia, a Acionista deliberou, sem quaisquer ressalvas ou restrições, o quanto segue: 5.1. Aprovar a conversão do AFAC no valor no valor total de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em aumento de capital social e, em decorrência, o capital social da Companhia passará dos atuais R\$ 276.362.546,77 (duzentos e setenta e seis milhões, trezentos e sessenta e dois mil, quinhentos e quarenta e seis reais e setenta e sete centavos) para R\$ 276.372.546,77 (duzentos e setenta e seis milhões, trezentos e setenta e dois mil, quinhentos e quarenta e seis reais e setenta e sete centavos), com a emissão de 10.000 (dez mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 (um real) cada, estabelecido nos termos do parágrafo 1º do Artigo 170 da Lei das S.A. 5.2. Fica consignado que as 10.000 (dez mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal ora emitidas pela Companhia são, neste ato, totalmente subscritas pela Acionista da Companhia, Ibitu Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 13.950.526/0001-84, sociedade por ações de capital fechado com sede na cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 360, 12º andar, parte, Vila Nova Conceição, CEP 04543-000, neste ato representada nos termos de se Estatuto Social, conforme devidamente detalhado no Boletim de Subscrição, que integra a presente ata, como **Anexo I**. 5.3. De forma concomitante ao aumento de capital deliberado em item 5.1, aprovar a redução do capital social da Companhia, com o cancelamento de ações, passando dos R\$ 276.372.546,77 (duzentos e setenta e seis milhões, trezentos e setenta e dois mil, quinhentos e quarenta e seis reais e setenta e sete centavos) para R\$ 273.494.546,77 (duzentos e setenta e três milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, quinhentos e quarenta e seis reais e setenta e sete centavos), uma redução, portanto, de R\$ 2.878.000,00 (dois milhões, oitocentos e setenta e oito mil reais), realizada, ainda, com o cancelamento de 2.878.000 (dois milhões, oitocentas e setenta e oito mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, com o preço de redução de R\$ 1,00 (um real) cada, estabelecido nos termos dos artigos 170 e 173 da Lei das Sociedades por Ações. 5.4. Consignar que, nos termos do § 1º do Art. 174 da Lei das Sociedades por Ações, durante o prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de publicação da presente ata, eventuais credores quirográficos por títulos anteriores à referida data de publicação, poderão se opor à redução do capital da Companhia ora deliberada. 5.5. Consignar, ainda, que a redução do capital social da Companhia ora deliberada somente se tornará efetiva, findo prazo mencionado no item 5.3 acima, (i) mediante inexistência de oposição de credores quirográficos por títulos anteriores à data de publicação da presente ata, ou (ii) existindo oposição de algum credor, mediante pagamento de seu crédito ou depósito judicial da importância respectiva, conforme disposto no artigo 174, § 2º, da Lei das Sociedades por Ações. 5.6. Consignar que o montante de R\$ 2.878.000,00 (dois milhões, oitocentos e setenta e oito mil reais), referente à redução de capital mencionada no item 5.2, será restituído à acionista da Companhia. 5.7. Em virtude do aumento e da redução de capital ora deliberados, a Acionista decide pela alteração do Artigo 5º, caput, do Estatuto Social da Companhia, para fazer constar o valor atualizado do capital social e das ações da Companhia, o qual passará a ter a seguinte redação: **“Artigo 5. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 273.494.546,77 (duzentos e setenta e três milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, quinhentos e quarenta e seis reais e setenta e sete centavos), dividido em 273.494.546 (duzentas e setenta e três milhões, quatrocentas e noventa e quatro mil, quinhentas e seis) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.”** 5.8. A Acionista decide autorizar a Diretoria da Companhia, a praticar todos os atos, tomar todas as providências, adotar todas e quaisquer medidas e firmar todos os documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações tomadas neste ato. 5.9. A Acionista decide consolidar o Estatuto Social da Companhia, no sentido de refletir as alterações deliberadas na Ata de Assembleia Geral realizada em 14 de abril de 2021 e registrada nesta JUCESP sob o nº 1.004.026/22-5, em 28 de dezembro de 2022, na Ata de Assembleia Geral realizada em 12 de dezembro de 2022 e registrada nesta JUCESP sob o nº 1.004.027/22-9, em 28 de dezembro de 2022 e na Ata de Assembleia Geral realizada em 31 de maio de 2023 e registrada nesta JUCESP sob o nº 260.832/23-6, em 29 de junho de 2023, que passará a vigorar conforme minuta anexo à presente ata como **Anexo II**. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião e lavrada esta Ata, a qual, depois de lida e achada conforme foi assinada pelos presentes. Mesa: Mesa: **Presidente – Viviane de Oliveira Soares;** Secretária – **Luana Martins Vianna;** Acionista: Ibitu Energias Renováveis S/A. “A presente ata confere com a original, lavrada em livro próprio” São Paulo, 09 de outubro de 2024. Viviane de Oliveira Soares – Presidente; Luana Martins Vianna – Secretária. Acionista: **Ibitu Energias Renováveis S.A.** Ricardo Alberto Oliveira dos Santos – Diretor; Viviane de Oliveira Soares – Diretora.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



ICP
Brasil

#

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 15/10/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

